

## Educação e Pós-Graduação

*Aurélio Wander Bastos*

As políticas de desenvolvimento educacional no Brasil têm evoluído significativamente para os níveis de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*. A pós-graduação *stricto sensu* está basicamente dirigida para a criação de cursos de mestrado, com o objetivo de ampliar conhecimentos, que, dirigidamente, fortaleçam a formação adquirida nos cursos de graduação, e, para a criação dos cursos de doutorado, cujo o objetivo essencial é o desenvolvimento do conhecimento reflexivo e a implementação de pesquisas de alto nível científico e tecnológico, independentemente do aprofundamento do conhecimento curricular. Para alcançar esses resultados, os cursos de mestrado geralmente exigem um trabalho monográfico de conclusão de curso, que demonstre o amadurecimento e o domínio bibliográfico do assunto pelo mestrando, sendo que, ultimamente, têm sido criados mestrados profissionais com o objetivo de aprofundar o conhecimento técnico ou de domínio positivo em ramos específicos do conhecimento. Os cursos de doutorado, em geral, independentemente da formação teórica aprofundada, geralmente com conexões com a produção bibliográfica internacional, exigem teses que tenham uma natureza científica de maior abertura para os novos campos do saber, contribuindo para o engajamento das universidades e das empresas nos processos de mudança social e desenvolvimento científico de padrões quase sempre globais. Isso não impede, é claro, que muitos estudos se façam, tendo em vista o aprimoramento das Instituições brasileiras e a requalificação do seu papel no processo de mudança social. Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, têm uma formação essencialmente especializada com uma duração mínima de 360 horas, exigindo, para melhor posicionamento do aluno, trabalhos de conclusão de curso. Estes cursos têm tido uma amplíssima demanda no Brasil moderno, porque eles dão uma resposta mais ágil para os pós-graduandos, reposicionando-os no mercado com mais agilidade e com melhores condições de remuneração. Esses cursos, geralmente, são oferecidos em todas as áreas de conhecimento, mas, têm tido especial demanda os cursos que têm vocação preparatória, não apenas para o mercado direto, mas, também, para concursos públicos oferecidos pelos poderes públicos e pelo sistema empresarial estatal e privado. De qualquer forma, independentemente dessas linhas de formação pós-graduada, a preparação dos mestrandos, doutorandos e especialistas tem exigido significativa formação nas áreas de informática como pré-requisito de aprendizado e de ensino.

*Aurélio Wander Bastos*

*Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas*

*Doutor em Ciência Política*

*Presidente do Instituto Brasileiro de Pesquisas Jurídicas*

*Professor Titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UniRio*

*Professor Titular da Universidade Candido Mendes – UCAM*

*Autor dos seguintes livros, dentre outros: “O Ensino Jurídico no Brasil, Lúmen Júris, Rio de Janeiro, 3ª Edição”; “Conflitos Sociais e Limites do Poder Judiciário – Lúmen Júris, Rio de Janeiro, 3ª Edição”; “Teoria e Sociologia do Direito, Freitas Bastos, Rio de Janeiro, 5ª Edição (2012)”*